

INSTRUÇÃO ESPECIAL/INCRA/Nº 17, DE 24 DE AGOSTO DE 1979.
Aprovada pela Portaria/MA nº 677/79 (DOU 24/08/79, S.I, p.)

Dispõe sobre a política florestal a ser adotada nos Projetos de Colonização em áreas selecionadas da Amazônia Legal.

1 OBJETIVOS

São objetivos da política florestal a ser adotada nos Projetos de Colonização em áreas selecionadas da Amazônia legal:

1.1 Criar condições que possibilitem um equilibrado relacionamento do homem com o meio ambiente nas áreas selecionadas para colonização;

1.2 Gerar recursos internos nos Projetos de Colonização, pela exploração racional dos recursos florestais neles existentes, de maneira a:

- a) aumentar substancialmente o nível de renda do colono;
- b) custear a infra-estrutura de apoio às atividades econômicas e sociais essenciais para os colonos e suas famílias;
- c) custear as atividades de fiscalização e preservação das reservas florestais.

1.3 Promover novas oportunidades para a indústria madeireira nacional, proporcionando-se à região de influência dos Projetos de Colonização, em consequência:

- a) aumento da oferta de emprego;
- b) incremento nos impostos e no valor do PIB;
- c) geração de divisas na exportação de madeiras beneficiadas.

2 DIRETRIZES OPERACIONAIS

Para se atingir tais objetivos, devem ser operacionalizadas as seguintes linhas estratégicas:

2.1 RELACIONADAS AO PRIMEIRO OBJETIVO:

- a) a seleção das áreas para colonização deverá recair em locais de solos de melhor fertilidade e topografia, preferentemente dentro do "Escudo Pré - Amazônico", faixa que se estende do Centro - Sudoeste do Maranhão ao Centro - Noroeste do Acre, abrangendo vastas regiões do Norte de Goiás, Centro - Sul do Pará, Norte de Mato Grosso e o Centro de Rondônia, região onde predomina a cobertura arbórea das florestas abertas;
- b) as reservas florestais poderão se constituir em blocos, representando um mínimo de 50% da área do Projeto de Colonização, localizado de maneira a proteger os mananciais e preservar da exploração os solos de relevo mais acidentados e os impróprios para cultivo, permanecendo, para os efeitos legais, sob domínio do INCRA;
- c) além das reservas florestais, em blocos, será obrigatória a conservação da cobertura florestal nas áreas consideradas no artigo 2 da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 nos lotes de produção ou para - rurais dos colonos.

2.2 RELACIONADAS AO SEGUNDO OBJETIVO:

- a) as reservas florestais constituídas em blocos, serão objeto de pesquisas florestais e ambientais detalhadas, visando determinar sua destinação definitiva e estabelecer a modalidade de seu aproveitamento econômico permanente através de estrutura operacional adequada, gerando renda que permita cobrir o custeio das atividades fiscalizadoras necessárias à sua preservação;
- b) os lotes de produção e os para - rurais poderão ter sua cobertura florestal sujeita ao corte raso, exceção das matas ciliares e as de proteção de nascentes, devendo toda a madeira comercializável daí originária ser gravada em garantia do pagamento dos lotes, porém revertendo 50% (cinquenta por cento) do produto de sua venda diretamente ao colono;
- c) no instante do assentamento, o INCRA e os colonos firmarão acordo para a comercialização da madeira existente nos lotes rurais e para - rurais, ficando estabelecido que 50% do produto da comercialização da madeira será creditado aos colonos para amortização de sua dívida para com o INCRA na aquisição do lote, destinando-se a outra metade para pagamento aos colonos pelos trabalhos de derrubada e preparo das toras a comercializar;
- d) a madeira comercializável oriunda da abertura das estradas e dos centros de serviço, serão também preservadas e preparadas para beneficiamento, revertendo o produto de sua venda para cobrir parte dos custos da infra-estrutura econômica e social dos projetos.

2.3 RELACIONADAS AO TERCEIRO OBJETIVO:

- a) toda a madeira comercializável retirada dos cortes necessários à implantação de estradas, centros de serviço e áreas de cultivo nos lotes de produção e para - rurais, será obrigatoriamente beneficiada por empresas nacionais do ramo madeireiro ou cooperativas participantes de ação conjunta de colonização com o INCRA;
- b) será condicionante para o beneficiamento da madeira retirada das aberturas nos Projetos de Colonização, além da obrigatoriedade de ser firma nacional, que a empresa se comprometa a não ceder, durante a exploração madeireira, a maioria do capital social votante a empresas ou pessoas físicas estrangeiras;
- c) localizar as instalações e equipamentos industriais para beneficiamento da madeira, dentro dos limites físicos do Projeto de Colonização, ficando vedada a comercialização da madeira em toras;
- d) somente beneficiar as madeiras em tora autorizadas pelo INCRA;
- e) responsabilizar-se pela retirada da madeira do local do corte, sua carga, transporte, emprazamento e guarda, no local e dentro do cronograma a ser estabelecido em conjunto com o INCRA;
- f) fornecer, de acordo com tarifas a serem acordadas com o INCRA, energia necessária a cobrir a demanda dos centros de serviço e lotes para - rurais do Projeto de Colonização.

PAULO YOKOTA
Presidente

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.